

**Ida Alves**

**Gilda Santos (organizadoras)**

**Relações  
luso-brasileiras  
imagens e imaginários**



**CAPES**



**oficina**

© Ida Alves e Gilda Santos (orgs.), 2018

© Oficina Raquel, 2019

EDITORES

Raquel Menezes

Evelyn Rocha

Luis Maffei

CONSELHO EDITORIAL

Maria de Lourdes Soares

Rosa Maria Martelo

Ricardo Pinto de Souza

Phillip Rothwel

Gerson Luiz Roani

REVISÃO

Aline Erthal

FOTO DE CAPA

Ana Comanduli

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Julio Baptista (jcbaptista@gmail.com)

 **oficina** | [www.oficinaraquel.com](http://www.oficinaraquel.com)  
[oficina@oficinaraquel.com](mailto:oficina@oficinaraquel.com)  
[facebook.com/Editora-Oficina-Raquel](https://facebook.com/Editora-Oficina-Raquel)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Alves, Ida e Santos, Gilda.

Relações luso-brasileiras imagens e imaginários / Ida Alves e Gilda Santos (orgs.) – Rio de Janeiro : Oficina Raquel, 2019.

288 p.

ISBN 978-85-9500-040-7

1. Literatura portuguesa 2. Ensaio 3. Relações luso-brasileiras

CDD 869

APOIO:

CAPES / RGPL

## Sumário

### Apresentação

Um espaço de encontro e de saberes ..... 11  
*Francisco Gomes da Costa*

Relações luso-brasileiras: imagens e imaginários ..... 14  
*Ida Alves*

Acolhida a Luís Filipe Castro Mendes ..... 19  
*Gilda Santos*

Olhares recíprocos entre portugueses e brasileiros:  
suas construções e reconstruções no tempo ..... 21  
*Luís Filipe Castro Mendes*

### Imagens e Interpretações

Imagens do Brasil. Entre Gândavo, Oswald de Andrade e  
Heródoto ..... 29  
*Sheila Hue*

A composição 'repentina' de sermões sacros no Império  
Português no século XVII ..... 42  
*Marcello Moreira*

O salazarismo e a tradição idealizada: imagens em Portugal, reflexos no Brasil.....	57
<i>Silvio Renato Jorge</i>	

### Trânsito de Imaginários

Um pensamento meridiano: o Atlântico Sul e as articulações teóricas luso-brasileiras .....	75
<i>Roberto Vecchi</i>	

O livreiro Antonio Maria Pereira e o comércio de livros para o Brasil.....	89
<i>Germana Maria Araújo Sales</i>	

Pensar Portugal na ficção portuguesa contemporânea.....	105
<i>José Cândido de Oliveira Martins</i>	

### Imaginários Ficcionalis

Eça de Queiroz entre <i>farpas e farpões</i> .....	125
<i>Adriana Mello Guimarães</i>	

Cândida Fortes Brandão: uma gaúcha de faca na bota .....	141
<i>Maria Eunice Moreira</i>	

Imagens de identidade em <i>Calabar e Raízes do Brasil</i> .....	157
<i>Patrícia da Silva Cardoso</i>	

### Imagens e Imaginários entrecruzados

Cândido Portinari entre Mário Pedrosa e Mário Dionísio: mediação de dois percursos estéticos .....	175
<i>António Pedro Pita</i>	

“Ainda que eu pintasse o incêndio de Roma, continuaria a ser o cozinheiro na cozinha a arrancar penas”: figurações do feminino e de Portugal na obra de Paula Rego .....	187
<i>Sabrina Sedlmayer</i>	

Bandeira e Pavia não se fizeram num dia: do imagismo brasileiro num poeta português .....	198
<i>Joana Matos Frias</i>	

### Circulação de Imaginários

Da sociedade musical de Beneficência à Escola de Música da UFRJ: presença, atuação e circulação de músicos nas relações luso-brasileiras.....	219
<i>Suely Campos Franco</i>	

“A música é como um mar de deus”: Eduardo Lourenço, um retrato inédito .....	237
<i>Barbara Aniello</i>	

Colecionadores e Arquivistas: Leila Danziger e Daniel Blaufuks.....	245
<i>Lyslei Nascimento</i>	

### Geografias da Emoção

Carlos de Oliveira e a outra margem do mar.....	263
<i>Ida Alves</i>	

José Saramago: com Ricardo Reis do Brasil para Portugal .....	276
<i>Teresa Cristina Cerdeira</i>	

## Um pensamento meridiano: o Atlântico Sul e as articulações teóricas luso-brasileiras

Roberto Vecchi<sup>1</sup>

É o momento de repensar o Atlântico não só como espaço onde, para citar Derek Walcott, “The sea is history” (WALCOTT, 1986, p. 346), mas também como construção complexa e dialética de um pensamento crítico que funda e condiciona as relações luso-brasileiras. Um exercício que ocorre pelos 40 anos da publicação de um texto dorsal como *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*, de Eduardo Lourenço (1978). A justaposição entre o Atlântico e o ensaio por antonomásia do grande ensaísta coloca já um problema crítico fulcral: como um pensamento redobrado e desdobrado sobre Portugal e a Europa, no rescaldo do 25 de Abril e das descolonizações, tem uma espectralidade atlântica fundamentadora de um outro pensamento que transcende os limites europeus de Portugal?

---

<sup>1</sup> Professor titular de Literatura Portuguesa e Brasileira e História da Cultura Portuguesa na Universidade de Bolonha, onde, com Margarida Calafate Ribeiro, coordena a Cátedra Eduardo Lourenço. É membro da direção do Center of Studies Umberto Eco (CUE). Seu livro mais recente, publicado em 2017 com Vincenzo Russo, é *La letteratura portoghese. I testi e le idee*. Desde 2014, preside a Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). Este texto foi elaborado no âmbito do projeto *Memoirs: Children of Empires and European Postmemories* (ERC Consolidator Grant no.648624), coordenado pela PI Margarida Calafate Ribeiro.

Define-se aqui um aspeto essencial na configuração do Atlântico que exhibe a trama do atlantismo que sobre o “destino atlântico” se cristalizou. Aliás, a própria experiência histórica de Portugal tem fundamentado ao longo do tempo um aspeto: a substancial ambivalência do Atlântico como signo. O rastro desta ambiguidade não decorre só da tradição de relatos quinhentistas onde o mar é ao mesmo tempo um elemento eufórico e disfórico, messiânico e catastrófico, na consciência comum. Numa genealogia imediata, a desconstrução do Atlântico é parte daquele processo secular de configuração do pensamento português e das mitologias atlânticas. O eixo desta desconstrução é certamente a *Mensagem* de Pessoa como reconhecimento da heteronímia atlântica: um “mar” ao mesmo tempo *limen* e *limes*, limiar e limite, fronteira e confim, próprio e impróprio, no meio do caminho que estruturará uma herança direta, imagética e teórica de Eduardo Lourenço.

Não é um acaso, referido à centralidade fugidia e problemática do Atlântico, que Pessoa esboce um manifesto de atlantismo (editado em *Sobre Portugal*) onde se professa aforisticamente uma visão compósita: uma “hegemonia ibérica” insustentável no plano histórico a que se subtrai o principal argumento ideológico, o colonialismo (“Inutilidade e malefício das nossas colónias”: PESSOA, 1979, p. 76) e se idealiza um “Ultramar americano”, intuído por Whitman, oposto a Roma, Paris, Londres, centros toponomásticos e simbólicos de impérios materiais e culturais, antigos e modernos. Maria Irene Ramalho aproveitará, como se sabe, este fragmento para prefigurar uma invenção poética da semiperiferia por parte da pluralidade pessoana (RAMALHO, 2008, p. 143).

Voltando a Lourenço, a *Psicanálise* desempenha um papel crucial na década da mais aguda crise identitária portuguesa: é o livro intersticial que reinscreve Portugal na balança da Europa de que em breve irá ser parte. A alegoria da psicanálise tão forte naquele tempo (basta pensar em *Os cus de Judas* de António

Lobo Antunes, de 1979, como o seu simétrico romanesco) funciona como uma poderosa lupa de autoconhecimento: o irrealismo, o papel do mito, os rastros da história como trauma são os ingredientes não só de um olhar novo, mas de uma irreverência anticomplacente virada para o passado. Pense-se neste sentido, por exemplo, no tratamento crítico que se reserva a movimentos canonizados no calor da hora da redemocratização, como o neorrealismo, pelo efeito também da reabilitação de movimentos só na aparência regressivos, como o saudosismo. Portugal, como se dirá, país da “não inscrição” por excelência, encontra no *Labirinto da saudade* uma possibilidade de inscrição dentro de um xadrez variado como aquele da Europa e da sua reconfiguração pós-colonial feita às escondidas para não prejudicar a mitologia civilizacional do grande Ocidente.

Os riscos da operação inaugurada pelo professor são inúmeros. Antes de tudo, a incompreensão do gesto. É suficiente lembrar quando, 20 anos mais tarde, em 1999, é publicado *Portugal como destino. Dramaturgia cultural portuguesa*, a continuação patente da *Psicanálise mítica*, e tomar consciência de que a inteligência portuguesa se aperceberá só tardiamente desta conexão direta entre as duas narrativas autointerpretativas. Da *Psicanálise mítica* que se tem tornado um lugar-comum crítico, sendo pelo contrário uma ferramenta cortante de desbanalização, seria interessante resgatar os infinitos equívocos que engendrou e re-colocam a questão do pensamento num horizonte de apreensão muito condicionado. Podemos evocar os equívocos históricos, como a diatribe de Boaventura de Sousa Santos, em *Pela mão de Alice*, sobre os abusos da mitologia por parte da *intelligentsia* portuguesa (ou seja, o equívoco hermenêutico sobre o uso da mitologia como crítica desmitologizadora que é a figura da *Psicanálise*) ou, mais recentemente, uma leitura de Diogo Ramada Curto que atribui à interpretação lourenciana a banalização de um discurso psicanalítico, apontando-a como a principal responsável das

ausências discursivas, dos recalcamientos e apagamentos das memórias da descolonização (CURTO, 2018, p. 66). Como se um pensador fora do sistema editorial, fora de Portugal, à margem da academia, pudesse ter um papel hegemónico, que decorre só de uma retroflexão da atual popularidade do crítico para o tempo confuso da pós-descolonização.

No entanto, é o que a *Psicanálise* implica que provoca interesse e se abre para uma revisão do Atlântico. Ou melhor, a *Psicanálise* não representa um objeto avulso, mas se insere dentro de uma genealogia muito articulada da obra de Eduardo Lourenço. Junto com Margarida Calafate Ribeiro, tive o prazer em 2014 de organizar o volume do professor, *Do colonialismo como nosso impensado*. Que – em breve, esperamos – deveria ser reorganizado na obra completa de Eduardo Lourenço junto com os escritos sobre Salazar – os dois grandes “impensados” que assombram a história de Portugal no “século breve” – no âmbito do projeto da Fundação Calouste Gulbenkian. O que percebemos durante a organização da obra foi a intuição fundamental que engendra a preocupação de Lourenço com o Atlântico. Durante o ano de leção de filosofia, passado aqui no Brasil, na Bahia, em 1958, a visão atlântica do império surge com uma força enorme. Os vestígios ruinosos do império colonial no Nordeste e uma curiosidade devoradora pelo mundo, quando a Europa está na fase de abandono dos modernos projetos coloniais, introduzem uma interrogação profunda que vai por anos acompanhar um intenso trabalho crítico, publicado de maneira avulsa ou dispersa e com textos em larga parte inéditos.

Para pensar na construção deste pensamento atlântico inovador, que antecede de décadas a vaga dos estudos pós-coloniais, recupero uma referência que Lourenço, em carta a Jorge de Sena, faz em 14 de Outubro de 1967. Como se deve lembrar, em Junho daquele ano tinha sido publicado o Caderno n. 1 de *O tempo e o modo*, intitulado “Do Brasil”. Um volume absolutamente exce-

cional. Comenta Eduardo Lourenço a participação de Jorge de Sena, “as suas páginas recentes recobrem como se fossem papel químico a minha experiência brasileira. Prova, sem dúvida, de objectividade, pelo menos de identidade portuguesa de reacção. Em ensaio de 59 (provisoriamente parado...) vivi nesse paralelo” (LOURENÇO-SENA, 1991, p. 54).

O título da obra pensada 40 anos depois já reflete as preocupações críticas da *Psicanálise* explicitamente e se alinha com o título de um artigo consagrado como “Do Salazarismo como nosso impensado”, de 1988, dentro da linha filosófica de “pensar o impensado” e de uma cisão coletiva provocada por uma *Verleugnung* freudiana autodefensiva, que pauta larga parte do trabalho de Lourenço. No pensamento de *Do colonialismo como nosso impensado* (já traduzido para o espanhol e, em breve, para o italiano), emerge já maduro o arsenal crítico da *Psicanálise mítica*, a função do irrealismo e da mitologia, a hipertrofia ontológica que amadurecerá por um lado no *Labirinto da saudade*, por outro nas posições críticas manifestadas em seguida sobre a Europa (por exemplo, em *Nós e a Europa e as duas razões*, de 1990), com conceitos clássicos como aquele de hiperidentidade. Veja-se só como amostra neste contexto o breve mas cortante texto “Da não descolonização” (LOURENÇO, 2014, p. 252-255), que evidencia a textura paradoxal – que é um modo da ironia – da posição crítica. A última parte do volume, aliás, chamada “heranças vivas”, mostra a vitalidade de um pensamento seminal que, assistemática e teimosamente, se desenvolve na contemplação das ruínas brasileiras do império português.

O Atlântico, em suma, é o embrião fantasmático e encoberdo do grande afresco da crítica de Portugal nas proximidades da sua inserção europeia plena, com o papel do negativo exercido pela dialética atlântica secular e que críticos como Antonio Negri e Michael Hardt (em *Império*) identificarão como parte daquela complexa (e denegada) dialética que torna o colonialismo par-

te até fundacional da identidade europeia (HARDT & NEGRI, 2000, p. 127).

Neste quadro, o Atlântico de Eduardo Lourenço já encontra um nome próprio. É o Atlântico meridional que se isola e emerge. Há um texto comum que oportunamente conjuga dois volumes como *Do colonialismo como nosso impensado* e *Do Brasil: fascínio e miragem* (concebido e organizado por Maria de Lourdes Soares), que é justamente “Brasil: caução do colonialismo português”, publicado sob pseudônimo, em 1959, em *Portugal livre*. O pretexto é oferecido pela visita de Juscelino Kubitschek a Portugal por ocasião das Comemorações Henriquinas de 1960. É um texto limiar de Lourenço que logo evidencia algumas seminais trilhas críticas. A ideia de que o Brasil recebeu uma caução colonial é significativa porque projeta a questão colonial, vivíssima na época – à beira de um ano, 1961, no qual o monumento simbólico e autoreflexivo do colonialismo dá os primeiros sinais de desabamento (Goa, a eclosão da guerra em África etc.) E é já uma denúncia perentória do colonialismo português “paternalista e fanfarrão”, sem consciência de “deveres e atrasos” (LOURENÇO, 2015, p. 35) que toma forma. Também já se identifica a atenção crítica dirigida para Gilberto Freyre, que, em muitas reflexões sucessivas, é o alvo de uma crítica incisiva à mitologia luso-tropicalista, mitologia atlântica responsável pelo atraso da metrópole portuguesa e que será seccionada em ensaios meticulosos, nos quais Lourenço desmascara a pseudopolítica integracionista portuguesa. Sobretudo, há, neste texto introdutório, uma visão analítica clara de uma comum condição de colonizados que solda metrópole e colônia, “a identidade substancial das situações metropolitana e colonial, ambas coloniais” (LOURENÇO, 2015, p. 32), que torna este colonialismo um fenómeno histórico bem preciso e com um lado esfíngico.

A inteligência de Lourenço desmonta assim o amplo catálogo das mitologias atlânticas. O seu gesto aprofunda a ação de des-

mistificação do pensamento português em ato desde os primórdios da época moderna (em particular, lúcida e sistematicamente, a partir de Almeida Garrett): Portugal, no entanto, agora é revisto pelo seu reflexo atlântico. Embora não recorra precocemente à denominação, Lourenço, nos escritos coloniais, já esboça uma ideia forte de Atlântico meridional. Um espaço antes de tudo discursivo onde se cruzam todas as contradições da mitologia colonialista portuguesa. Por isso se transforma em campo de batalha ideológico, onde vai ser necessário afinar uma nova epistemologia: aquela que se fundamenta no uso do irrealismo para validar um império que nunca existiu, um colonialismo que nunca se pensou, as ficções compensadoras em contraste com o seu carácter essencialmente póstumo e postíço.

Isto para dizer que há um eixo que se instaura no pensamento atlântico e que torna combináveis, tendo em vista um horizonte hermenêutico novo, as leituras do lado de lá e do lado de cá do oceano. Poder-se-ia dizer que a crítica a Freyre é aquela que deixa emergir a conexão entre Lourenço e o conceito de formação como legado imprescindível da consciência crítica modernista brasileira. A reflexão sobre a formação se inscreve plenamente como pensamento atlântico. A apreensão das permanências coloniais – sejam elas nostálgicas, orgânicas ou metafóricas, que chegaram pelo Atlântico – tornam o oceano o espaço fantasmático da busca onde caiba uma imaginação adequada e multifacética da nação que, ao repensar-se, se refunda culturalmente.<sup>2</sup>

A articulação que renova e internacionaliza o pensamento atlântico é aquela que decorre da leitura fundadora do *Black Atlantic* de Paul Gilroy. Situar o atlântico negro para o sul (o

<sup>2</sup> Não entro agora em discussões acerca de como posições sobre a formação possam ter-se tornado a ideologia melhor para os interesses da elite, naturalizando, como diz polemicamente Jessé Souza, o complexo de vira-lata do culturalismo racista sempre das elites brasileiras (SOUZA, 2017, p. 33).

que o converte, segundo Miguel Vale de Almeida, em “Atlântico pardo” pela invenção complicada e violenta do mestiço) permite incorporar na reflexão atlântica muitas vozes que transcendem o espaço nacional. Proporciona também a inscrição do Atlântico na condição meridional como poderoso elemento de releitura dos movimentos atlânticos. Esta associação de uma “questão meridional” do Atlântico transforma a noção meramente geopolítica de Atlântico Sul numa ferramenta crítica original, que permite descentralizar os estudos pós-coloniais de uma focalização hegemônica quase exclusivamente anglo ou francocêntrica para contextos laterais bastante negligenciados, situando-se fora das armadilhas do excecionalismo atlântico de matriz filocolonialista portuguesa, embora constituída a partir de visões pós-coloniais brasileiras: o dispositivo do luso-tropicalismo.

A inscrição meridional permite também aproveitar o arquivo crítico depositado sobre a questão do Sul numa fase em que o Sul global tem provocado um interesse bastante amplo, como alternativa não hegemônica dos processos globais. É Antonio Gramsci o precursor da noção seminal de grupos sociais subalternos: no *Quaderno* n. 25, de 1934, identifica uma condição comum que permite associar subalternidade e sul, constituída pela desagregação social e política, e que o autor codificara na *Questione meridionale* (GRAMSCI, 1995, p. 28). Imagem esta coerente com muitas representações do Atlântico, de Pessoa/Caeiro – como “um todo sem partes”, do *Guardador de rebanhos* – ou de Sérgio Buarque – como “uma periferia sem centro”, do ensaio “Corpo e alma do Brasil” – ou, até, de Aqualusa, quando observa, em *Nação crioula*, via Fradique: “Desgraçadamente, Portugal espalha-se, não coloniza” (AGUALUSA, 2006, p. 132). Também a reflexão sobre a natureza semiperiférica do colonialismo português, de Boaventura de Sousa Santos, e a própria adaptação do conceito de Wallerstein de semi-periferia implicam sempre pelo menos uma ideia de sul, como, aliás, os desdobramentos teóricos do sociólogo mostram cabalmente.

A inserção do processo de formação do Brasil dentro de uma dinâmica meridional não delimitada pelos perímetros narrativos da nação se realiza em particular graças a um trabalho nodal bem conhecido (publicado aliás em coincidência com os cinco séculos do Brasil) de Luiz Felipe Alencastro, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. Situando no Sul o Atlântico, no “miolo negreiro do Brasil”, ou seja, mostrando a integração que as duas margens do oceano constroem a partir do tráfico escravo, é oportuno destacar dois pontos relevantes desse gesto historiográfico. O primeiro se refere à permanência de um estado de violência fundacional (ALENCASTRO, 2000, p. 10) que constitui a coluna vertebral da história do Brasil, inclusive nos primórdios pré-modernos, e encontra no Atlântico Sul a matriz de suas súbitas e aparentemente inesperadas emergências contemporâneas. Uma declinação que remete indiretamente para o conceito de colonialidade elaborado no âmbito dos Decolonial Studies. Um segundo eixo essencial é mostrar que as fronteiras do Brasil estão abertas e em movimento (como as da África e da Europa hoje, dir-se-ia) e que o miolo da formação nacional é internacional, ou seja, transborda os confins americanos e se projeta nas águas do Atlântico e nas costas da África: desde a fundação até a contemporaneidade o “mercado do trabalho está desterritorializado: o contingente principal da mão de obra nasce e cresce fora do território colonial e nacional” (ALENCASTRO, 2000, p.354), o que precariza qualquer autocentramento ufanista, mesmo que metafórico, dos nacionalismos declamatórios, românticos, mas também das suas atualizações “soberanistas” de hoje.

O quiasmo é a figura que melhor expressa a complexidade não unidirecional do fluxo, como propõe Alberto da Costa e Silva com outra metáfora ática que é a do rio “Atlântico”, que iconiza quanto da África está no Brasil e quanto do Brasil em África, um Brasil africano e uma Angola brasileira.

O Atlântico Sul, assim, remeteria sempre – por subtração – ao que resta no plano geográfico da relação triangular Brasil,

Portugal e África, e, no plano histórico, a complexas relações de poder e, em particular, a uma memória social permanentemente recalçada e denegada. A articulação a partir de tópicos teóricos de grande magnitude, como a exceção, a mitologização, a exemplaridade lusotropicalista e, justamente, a condição meridional deste espaço, cria um “comum” a que é impossível eximir-se. E tem condicionado, em suas interseções canceladas ou retortas, uma elaboração original das possíveis tangências por valorizar.

Esta consideração proporciona o retorno arqueológico a um outro evento discursivo fundador de Eduardo Lourenço, que se refere à interação líquida no entrelugar conflituoso da assim chamada “lusofonia”. Um ensaio, elaborado na época da estadia no Brasil e publicado no volume *Do Brasil fascínio e imagem*, é exemplar pela apreciação de um pensamento atlântico estruturador e seminal que alimentará uma boa parte do pensamento maduro e mais reconhecível de Eduardo Lourenço. Trata-se de “O mito da comunidade luso-brasileira”. Não só porque se definem as coordenadas ontológicas do conceito de mitologia, como uma imagem cravada na consciência comum de um país se revela desproporcionada (hipertrófica, ele diria em um léxico posterior, da década de 80) a respeito da efetiva consistência das relações concretas entre Portugal e o Brasil. Já aqui está configurada a ideia guia da *Psicanálise mítica*, onde em jogo está não tanto um princípio impossível e inalcançável de “realidade”, mas como certas imaginações, por consistência e impacto, ainda que abstratas, assumem um valor fatural, mesmo perante sua patente ficcionalidade.

O valor metaconceitual do ensaio reside sobretudo na reflexão que inaugura antes de tudo sobre a própria ideia de comunidade e que se tornará uma preocupação permanente do crítico: um legado atlântico que deixa um marco definitivo. De fato, observa:

A ideia de Comunidade Luso-Brasileira supõe já por si a constatação de duas realidades não unidas. A ficção suprema con-

siste em pensar uma unidade através de um conceito que só pode nascer como resultado de uma diversidade [...] O conceito de comunidade pode ser evocado justamente como conceito mediador, como ideia directiva visando uma unidade que se sabe inexistente mas que não é absurdo desejar que se estabeleça (LOURENÇO, 2015, p. 99-100).

Assim configurado, o dispositivo de uma comunidade mais imaginada do que efetiva alimenta por imagens uma mitologia indispensável para a apreensão do “em comum” da consciência nacional. Antes que Portugal o perdesse, o Brasil desempenhava uma função essencial: não de traço identitário, mas, pelo contrário, de matriz de indefinição (LOURENÇO, 2015, p. 91). Isto é, dava a Portugal a ocasião “de uma maneira de ser não sendo”.

Esta auscultação ontológica, anterior à *Psicanálise mítica*, que surge do pensamento atlântico, de um “mito frágil” (LOURENÇO, 2015, p. 94) como o da comunidade luso-brasileira, exhibe, nesta fase autoral, alguns embriões fundamentais do pensamento posterior de Eduardo Lourenço. É praticamente escusado remeter à figura da mitologia como meio interpretativo fundador do labirinto português, que atravessa, horizontalmente, o pensamento do crítico. Mais relevante é apreciar quanto o legado crítico associado à interação atlântica afeta a reflexão sobre o conceito de comunidade.

Ainda que represente a sua raiz especulativa mais profunda (presente desde a estreia da *Heterodoxia*, no primeiro capítulo), a Europa – ou melhor, a relação entre Portugal e Europa – é moldada em função de uma reconceitualização da comunidade, como aliás já se assinalou (VECCHI, 2014, p. 338). Assim como a moldura teórica da comunidade cria aquela homologia recíproca que permite, quiasmicamente, interpretar a Europa através da trajetória histórica de Portugal e vice-versa: interpretar Portugal pelos acertos e desacertos do acidentado percurso de construção

do convívio europeu. O *tertium* desta relação seria proporcionado pelo pensamento atlântico.

Esta reflexão não só absorve uma parte considerável das cogitações luso-brasileiras, mas, no seu eixo mais específico – que corresponde a uma revisão radical da arquitetura constituinte da Europa e de Portugal a partir de uma sua despotencialização, contrariando a noção mesmo simbólica ou mitológica de força –, permite repensar os dois âmbitos, o continental e o nacional, o europeu e o atlântico, a partir do ângulo da imperfeição, da perda, da debilidade. Esses aspectos estariam na base do novo sublime de um original pensamento comunitário, que se resume no oxímoro formulístico da “maravilhosa ou sublime imperfeição” (LOURENÇO, 2005, p. 240).

Na longa arqueologia do poder que é o âmago do seu pensamento (mesmo sob o manto da psicanálise), a desmitologização de Lourenço, tanto da Europa como de Portugal, assim como foi do Atlântico, funda conscientemente uma contramitologia do comum. Ela decorre de uma revisão das relações de forças históricas que são desmontadas pela sua precariedade real (no contraste com a força ontológica do mito), pela sua efetiva inoperosidade. E criam-se as bases de um outro pensamento constituinte de uma outra Europa, de um outro Portugal, assim como na época era de um outro Atlântico. Uma linha, esta, que deveria ser pensada na densa trama de fios singulares do mais original pensamento contemporâneo, a inoperosidade de Jean-Luc Nancy, a força débil de Jacques Derrida, a potência desconstituente de Giorgio Agamben. Este comum outro, este comum frágil, se expressa como uma força “vulnerável”, “sem poder”, uma força desfibrada que ultrapassa a autoridade que de modo convencional se estabelece e é sintetizável como “performativo” (DERRIDA, 2003, p. 14).

Na espectrografia do *Labirinto da saudade*, um livro que é um divisor de águas entre mundos, Portugal, Atlântico, Europa, com 40 anos que não fizeram perder a sua acutilância crítica, se

captam os indícios e as sombras do muito que restou do mar. Um pensamento atlântico, ancorado no sul, esmagado por um arquivo gigantesco de alegorias, símbolos, próprios e impróprios, que assume as margens mais débeis de uma história ainda largamente por contar. E é este o mar, imenso e atlântico, desta frágil história.

## Referências bibliográficas

- AGUALUSA, José Eduardo. *Nação crioula – a correspondência secreta de Fradique Mendes*. 5ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes – formação do Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil, o Brasil na África*. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- CURTO, Diogo Ramada. Os retornados. *E. A revista do Expresso*, ed. 2370, 31 mar. 2018. p. 66-67.
- DERRIDA, Jacques. *Stati canaglia*. Due saggi sulla ragione. Milano: Raffaele Cortina, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *La questione meridionale*. Roma: Editori Riuniti, 1995.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Impero*. Il nuovo ordine della globalizzazione. Milano: Rizzoli, 2001.
- LOURENÇO, Eduardo. *O labirinto da saudade*. Psicanálise mítica do destino português. 5ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Portugal como destino*. Dramaturgia cultural portuguesa seguido de mitologia da saudade. Lisboa: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

- \_\_\_\_\_. *Do colonialismo como nosso impensado*. Margarida Calafate Ribeiro, Roberto Vecchi (orgs.). Lisboa: Gradiva, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Do Brasil: fascínio e miragem*. Maria de Lourdes Soares (org.). Lisboa: Gradiva, 2015.
- \_\_\_\_\_; SENA, Jorge de. *Correspondência*. Mécia de Sena (org.) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal*. Introdução ao problema nacional. Joel Serrão (org.). Lisboa: Ática, 1979.
- RAMALHO, Maria Irene. La poesia e il sistema mondial. Fernando Pessoa inventore della semiperiferia. In: Margarida Calafate Ribeiro, Roberto Vecchi, Vincenzo Russo (orgs.) *Atlantico periferico*. Il postcolonialismo portoghese e il sistema mondiale. Reggio Emilia: Diabasis, 2008. p.137-186.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento, 1993.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- VECCHI, Roberto. Imperfeições, vácuos e potências do ser-em-comum: as incompletudes da comunidade e a força literária. In: João Camilo Penna – Ângela Maria Dias (orgs.). *Comunidades sem fim*. Rio de Janeiro: Circuito, 2014. p. 333-346.
- WALCOTT, Derek. *The Sea Is History*. In: *Collected Poems: 1948-1984*. New York: Farrar, Straus, & Giroux, 1986.